



## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM MEIOS DE PUBLICAÇÃO DO IF GOIANO

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo, a partir desta data, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar, gratuitamente, através dos seus meios de publicação (na forma digital ou impressa), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o material bibliográfico, resultante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a fim de publicação da produção científica brasileira.

### 1. Identificação do material bibliográfico: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):

Monografia                       Artigo Científico.

### 2. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):

Nome completo do(a) autor(a): Talita de Oliveira Pereira

Título do trabalho: **Ensaio reflexivo a respeito da ética na docência da educação infantil**

### 3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM                       NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a publicação, torna-se imprescindível o envio do arquivo em formato digital na extensão .pdf e .xls ou .xlsx do trabalho.

Iporá, 26 de Novembro de 2022.



Assinatura do(a) autor(a)

<sup>1</sup> Neste caso o documento ficará embargado por até um ano, a partir desta data de defesa. A disponibilização poderá ainda ser realizada em qualquer tempo, assim como a extensão do embargo (esta carece de justificativa), desde que solicitadas por escrito junto à Coordenação do curso. Os dados do trabalho não serão disponibilizados durante o período do embargo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -



*Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância*

#### **Anexo IV**

### **TERMO DE RESPONSABILIDADE AUTORAL**

Eu Talita de Oliveira Pereira discente do curso de Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância do IF Goiano, autor do artigo científico intitulado, ensaio reflexivo a respeito da ética na docência da educação infantil, declaro, para os devidos fins da Lei nº 9.610, de 19/02/98, que me responsabilizo inteiramente perante o IF Goiano, o (a) professor (a) orientador (a) e demais membros da banca examinadora, pelo aporte ideológico e referencial, me responsabilizando por eventual plágio do texto que consubstancia a obra de minha autoria, submetida à banca examinadora para defesa de Trabalho de Conclusão (TC) do curso de Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. Destarte, sob as penas da lei, estou ciente das responsabilidades administrativas, civis e criminais em caso de comprovada violação dos direitos autorais.

Iporá-26 de Novembro de 2022.

Talita de Oliveira Pereira

Acadêmico/Autor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -**

*Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância*



## **Anexo II**

### **ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO**

Ao(s) 27 dia(s) do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, às 19 horas e 30 minutos, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Flávio Santiago (orientador), Daniela Carolina Ernst (membro), Gizeli Beatriz Camilo (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “Ensaio reflexivo a respeito da ética na docência da educação infantil” do(a) estudante Talita de Oliveira Pereira, Matrícula nº 2019105221350426 do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. A palavra foi concedida ao(a) estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição do(a) candidato pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela APROVAÇÃO do(a) estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

---

Flávio Santiago - Orientador/Presidente da Banca

---

Daniela Carolina Ernst

---

Gizeli Beatriz Camilo

---

Talita de Oliveira Pereira

## Ensaio reflexivo a respeito da ética na docência da educação infantil

Talita de Oliveira Pereira<sup>1</sup>

Flavio Santiago<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho é resultante de uma reflexão decorrente da revisão bibliográfica de pesquisas publicadas entre 2014 e 2018. A escrita teve por objetivo refletir sobre o conceito de ética no exercício da docência da educação infantil. Como metodologia utilizou-se da revisão bibliográfica a partir do levantamento de referências publicadas. A busca pelos artigos analisados foi realizada através do portal de busca Oasis BR. Após o ensaio reflexivo, pode-se inferir que a ética não é um valor universal e que cada sociedade possui o seu sistema ético, que são regidos por elementos sociais e culturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ética. Formação de professores, Educação Infantil.

### ABSTRACT

The present work is the result of a reflection arising from the bibliographical review of research published between 2014 and 2018. The purpose of this writing was to reflect on the concept of ethics in teaching early childhood education. As a methodology, a bibliographical review was used from the survey of published references. The search for the articles analyzed was carried out through the Oasis BR search portal. After the reflective essay, it can be inferred that ethics is not a universal value and that each society has its ethical system, which are governed by social and cultural elements.

**KEYWORDS:** Ethics. Teacher training. Early Childhood Education.

### INTRODUÇÃO

A Educação Infantil no Brasil, tal como a conhecemos atualmente, é fruto de uma construção histórica de diversos fatores econômicos, políticos, culturais e sociais, que culminaram num movimento da sociedade civil, bem como de alguns órgãos governamentais para que o atendimento às crianças de

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia pelo Instituto Federal Goiano. Email: talioliverp@gmail.com

<sup>2</sup> Licenciaturas em Pedagogia e Geografia. Doutor em Educação. Email: santiago flavio2206@gmail.com

zero a seis anos fosse reconhecido como direito da criança e dever do Estado no artigo 208, inciso IV, da Constituição Federal de 1988.

As primeiras creches criadas no Brasil estavam ligadas ao trabalho filantrópico de instituições religiosas, com a intenção bem definida de criar espaços formais de atendimento assistencial às mulheres que ingressaram no mercado de trabalho. Segundo Didonet (2001), fatores como desnutrição, mortalidade infantil e os altos índices de acidentes domésticos também impulsionaram a mobilização social no sentido de abrigar crianças em espaços destinados aos seus cuidados básicos.

Na década de 1980, com os intensos debates acerca da Constituição Federal, observamos outro grande avanço no tocante à sistematização da Educação Infantil como direito social, pois foi a partir dela que foi assegurada a responsabilização do Estado com o atendimento às crianças em instituições escolares para não mais apenas serem “cuidadas”, como, também, para serem “educadas”. Esse fato gerou como consequência a migração das creches da esfera das Secretarias de Assistência Social para as Secretarias de Educação. Contudo, como destaca Kuhlman Jr. (2000), essa migração não significou necessariamente a superação da concepção assistencialista que marca historicamente a Educação Infantil.

Vale ressaltar que neste período, o Brasil vivenciava um contexto de final da ditadura militar, professores brasileiros querendo um modelo de educação nacional, centrado nas necessidades da população brasileira, que respeitasse nossas necessidades e especificidades. Nesse período a educação brasileira passa por 3 fenômenos importantíssimos: expansão quantitativa, recebendo um contingente bastante expressivo da população infantil; a formulação de propostas pedagógicas para o trabalho com as crianças nos centros pré-escolares; e o reconhecimento do direito da criança à Educação desde o nascimento.

A Educação Infantil, é uma etapa da Educação Básica que não se organiza de maneira disciplinar, ou seja, caracteriza-se por promover processos de ensino-aprendizagem integrados, sem a divisão por disciplinas curriculares, e, muito menos, ministradas por professores especialistas em

determinada área do conhecimento, como ocorre nos ensinos Fundamental e Médio. Portanto, o trabalho pedagógico a ser desenvolvido nessas instituições deve manter entrelaçadas as dimensões do cuidar e do educar e promover uma prática curricular resultante de experiências que não fragmentem o conhecimento, respeitando, sobretudo, a bagagem histórica e social que as crianças carregam consigo.

Assim, a prática docente construída nas creches e pré-escolas reúne capacidades e saberes profissionais que ultrapassam os limites físicos da instituição na qual o (a) profissional leciona; é um ato estabelecido pelas imbricações de aportes políticos, sociais, teóricos e culturais. O fazer pedagógico com os bebês e as crianças pequenas está em constante evolução, paralela à dinâmica social, cultural, às passagens geracionais e às pesquisas, sendo complexo e permeado por diferentes saberes psicológicos, antropológicos, sociais e educacionais. Assim, constitui-se um problema a afirmação de que para ser docente na Educação Infantil corresponde apenas a um legado vocacional; não basta gostar de crianças ou ter experiência de maternagem; a profissão docente com bebês e crianças pequenas é resultado de uma política pública, ou seja, é uma prática pedagógica.

Dentro deste contexto, é fundamental também pensarmos as questões éticas que estão perpassando o cotidiano da educação infantil, como pensaram os aspectos étnicos correlacionados a vivência com as crianças e as metodologias que construímos?

Saviani (2019) aponta que:

A ética diz respeito às ações dos seres humanos e comporta em si as noções de liberdade e responsabilidade”. O indivíduo ético é aquele que age livremente e se responsabiliza por seus atos. “O sujeito assume suas decisões, engaja-se por elas, assumindo também as consequências e implicações dessas suas decisões e de seu engajamento (SAVIANI, 2019, p. 7).

De acordo com os autores Taille, Souza e Vizioli (2004), efetua-se à palavra ética a mesma definição que se relata à palavra moral, que é a referência a um agregado de princípios e regras do qual respeito é obrigatório e

cuja transgressão é, portanto, seguida de punição. Quando se fala, por exemplo, que uma pessoa “não tem ética”, normalmente ela não pauta suas ações por regras que, se forem seguidas, impediriam que alguém fosse, de alguma forma, prejudicado por ela. Uma pessoa sem ética é, deste modo, uma pessoa imoral.

É preciso aqui elucidar a diferença entre moral e ética, porque elas não são sinônimas. Ética vem do grego “*Ethos*” e é um conjunto de conhecimentos que são extraídos da investigação do comportamento humano, ao tentar explicar as regras morais de uma forma racional e científica. Já a moral é de origem latina e vem de “*Morales*”, que tem como significado tudo que é relativo aos costumes, condutas, com os costumes tradicionais de um determinado grupo. Para cada grupo existem condutas moralmente corretas, e condutas moralmente condenáveis (ou imorais). Independente dos nossos valores morais, precisamos ser guiados pela ética.

Para entender os valores éticos só pode ser por relações humanas que o indivíduo precisa estabelecer desde pequeno. Muitos desses valores que adquirimos são com nossas famílias e comunidade, por meio da observação de atitudes de adultos e de outras crianças. Esses valores devem ser universais, no qual todos devem compartilhar dos mesmos para o bem de todos (CORTELLA, 2018).

Essa problemática segue sendo extremamente relevante pois entende-se que é nessa fase que as crianças desenvolvem os princípios e valores que levarão para o resto das suas vidas e que essa aprendizagem se dá pelas interações que estabelecem com o meio e principalmente entre si. De acordo com Coelho e Pisoni (2012), Vygotsky dá um lugar de destaque para as relações de desenvolvimento e aprendizagem dentro de suas obras. Para ele a criança inicia seu aprendizado muito antes de chegar à escola, mas o aprendizado escolar vai introduzir elementos novos no seu desenvolvimento. A aprendizagem é um processo contínuo e a educação é caracterizada por saltos qualitativos de um nível de aprendizagem a outro, daí a importância das relações sociais.

Tendo em vista a importância da ética para a educação infantil, o presente trabalho de conclusão de curso, tem como objetivo refletir sobre o conceito de ética a partir de um estudo bibliográfico.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

A presente pesquisa tem como metodologia uma revisão bibliográfica acerca da ética na educação infantil onde serão estudadas ideias de autores, em relação à ética. A pesquisa bibliográfica, para Fonseca (2002), é realizada.

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A busca pelos artigos estudados foi realizada através do portal de busca Oasis BR que é uma plataforma de publicações de dados científicos, que tem acesso aberto e gratuito. Essa plataforma é um mecanismo de busca multidisciplinar que permite o acesso à produção científica de autores vinculados a universidades e institutos de pesquisa brasileira, utilizamos como descritores Ética e Educação Infantil, tomando como base artigos publicados dentre 2014 e 2018. Dos artigos localizados na busca, por questões que envolviam espaço e tempo, três foram escolhidos para compor a discussão deste trabalho, por se aproximarem das intenções dessa pesquisa.

No quadro síntese a seguir, os trabalhos localizados e selecionados para esta pesquisa encontram-se dispostos da seguinte maneira: autoria; artigo; revista; palavras-chave e ano de publicação.

<b>NOME DOS AUTORES</b>	<b>NOME DO ARTIGO</b>	<b>NOME DA REVISTA</b>	<b>PALAVRAS-CHAVE</b>	<b>ANO</b>
Franco Carnevale Renata de Moura	Análise normativa dos	Revista da SORBI	Infância; Ética; Interdisciplinaridade;	2014



Bubadué Eneida Simões da Fonseca Anelise Espírito Santo Ivone Evangelista Cabral	padrões éticos para crianças no Brasil		Pediatria.	
Sílvia Sell Duarte Pillotto Carla Clauber da Silva	Ética, estética e política na educação pela infância.	Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação.	Educação. Infância. Ética/Estético- Política. Afetos. Sensibilidades.	2016
Silvia Helena Vieira Cruz Rosimeire Costa de Andrade Cruz	O ambiente na educação infantil e a construção da identidade da criança	Em Aberto	Ambiente escolar; educação infantil; identidade pessoal.	2017

Fonte: Quadro síntese elaborado pelos autores (2022)

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ética pertence ao caráter e instaura-se em espaço de ambiguidade. Por isso, reconhece a fragilidade humana em contraponto com a busca contínua em construir normas que regulam e mantenham as relações/convivências humanas muito além da particularidade. Trata-se de um conjunto de normas que define e fixa o valor do que fazemos e dos sentidos e significados com os quais justificamos o que fazemos. Entende-se a ética como ciência crítica de valores, em que o ser ético problematiza os valores da vida; vida está compartilhada com a finalidade ao bem comum.

Para **Cruz e Cruz (2017)** a ética cabe à índole, caráter, dignidade e estabelece em lugar de hesitação. Com isso vemos a vulnerabilidade do ser humano e por outro lado a vontade progressiva em produzir regras que vão manter as relações humanas além do particularismo. A ética para as autoras são um conjunto de regras que determinam a idoneidade das nossas atitudes e as justificativas em que damos para tais comportamentos. Compreende-se a ética como noção analítica de valores, em que o ser ético intrínseco aos valores da vida, a vida está dividida com intuito ao bem coletivo. Uma

educação com princípios éticos possibilita reduzir o individualismo, possibilitando a construção do sentimento de companheirismo.

Dentro deste contexto, Viola Barreira e Pires (2011 apud CRUZ e CRUZ, 2017), destacam que o professor é um grande colaborador da construção do desenvolvimento ético das crianças. Ser docente na Educação Infantil é tarefa complexa, eivada de desafios. Além de abarcar a especificidade do trabalho pedagógico com crianças de pouca idade, ser docente envolve, também, o reconhecimento da concretude da infância e das singularidades de cada criança.

É importante falar que o trabalho do docente na Educação Infantil é um constante e variável desafio, tendo em vista que o (a) pedagogo (a) precisa dominar uma série de conhecimentos que serão necessários para transpassar em sua prática pedagógica. Vários críticos do trabalho docente, apontam para a complexidade atual do papel do professor, implica, não só no domínio e controle de conhecimentos disciplinares e metodologias de ensino, mas também compreensões relativas ao desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das crianças (RODRIGUES e BOER, 2019).

Outra complexidade, que correlaciona ao aspecto ético, está relacionada com a capacidade de lidar com pluralidades (por exemplo, a heterogeneidade das crianças quanto a estágios de desenvolvimento, a inclusão de pessoas com necessidades especiais, as múltiplas inteligências, vínculos familiares, religiosos, condições econômicas etc.). No espaço da educação infantil, vemos perpassa questões culturais, de políticas educacionais, informações midiáticas, processos relacionais-afetivos, vivência e convivência com situações variadas, por necessidades comunitárias e pessoais de todos os atores envolvidos, para lidar com essas questões o profissional necessita estar preparado (TARDIF, 2003; MELO 2008; LOURENCETTI, 2008).

Esses aspectos implicam diretamente na relação e na prática pedagógica do professor, e por esse motivo se faz necessário compreender se a formação pedagógica contempla tais questões.

O meio sócio antropológico em que as crianças vivem tem uma atribuição significativa na pedagogia voltada para os pequenos, por isso, recebe a preocupação de vários escritores do espaço da educação infantil, tais como Barbosa (2006), Forneiro (1998) e Oliveira-Formosinho (2011). Para esses estudiosos acreditam que o ambiente contribui, em maior parte, o jeito de sentir, pensar e agir das pessoas. Por isso é importante que desde os primeiros meses de vida da criança, a família, a escola, ou seja, igreja, sociedade, enfim, estejam preocupados com a construção de personalidade. Dando exemplos na prática, seja oferecendo jogos lúdicos, brincadeiras ao ar livre etc. Desde muito cedo, a criança tem contato com mundo, onde ela está absorvendo o que é ofertado, porque desde muito cedo mesmo inconscientemente à criança é capaz de assimilar tudo ao seu redor.

De acordo com Viola, Barreira e Pires (2011 apud CRUZ e CRUZ, 2017), a educação em privilégios humanos capta a geração cidadã: identifica os alunos e alunas como indivíduos que têm direitos e criam sua própria autonomia. Além da criação da memória que culturalmente é escondida tentando não seguir a exigência dos direitos da comunidade que poderia ser transformada criticamente através da educação.

O foco da Educação Infantil não é a transmissão de conhecimentos codificados, na maioria das vezes abstratamente elaborados, mas a valorização do momento presente e as transformações que as crianças realizam no espaço da creche e pré-escola. O que se prioriza não é apenas o ensino de saberes, conhecimentos ou habilidades, mas de competências que permitam uma aplicabilidade nos vários campos da vida. A ideia de aprendizagem nessa perspectiva está focada em uma construção coletiva e não individual, que envolve tempo, por isso, deve ser pensada de modo contínuo e significativo, sem deixar de lado O processo de afirmação das diferenças de modo positivo é estabelecido pelas nossas escolhas teórico-políticas, pelas formas com que organizamos os espaços, pelas escolhas literárias que oferecemos às crianças. Olhares, palavras e gestos cotidianamente ensinam pessoas negras, indígenas e ciganas o “seu lugar racial” dentro da sociedade.

Ser docente não é fácil e com a Educação Infantil é uma tarefa árdua, cheia de desafios e obstáculos. Além de envolver a singularidade do trabalho pedagógico com crianças de baixa idade, ser docente rodeia, também, o reconhecimento da realidade da infância e das particularidades de cada criança. Tornar-se docente na Educação Infantil demanda apropriar-se de conhecimentos que dê conta de entender mais profundo a comunidade educativa com crianças, familiares e parceiros do contexto profissional. E nessa área quem é o educador que opera na educação pela infância? É um desafiador de sentimentos? É um especialista que instiga a introdução das crianças em experimentos sensíveis? Como afirma Arendt (1978, p. 239), o educador é o modelo de um mundo pelo qual precisa encarregar-se de responsabilidade, e “uma ou outra pessoa que se negue a assumir a responsabilidade conjunta pelo planeta não deveria ter crianças, e [...] tomar parte em sua educação”.

Em outras palavras, todos os seres humanos têm responsabilidades em relação à vida social, à convivência pacífica e ao meio ambiente. As unidades educativas têm que ser capazes de disponibilizar às pessoas não apenas a “realidade real”, mas também a possibilidade de a fantasia se fazer real, concedendo mundos insuspeitos, entendendo que o verdadeiro é apenas uma das probabilidades do possível. Assim, “promover abundância de oportunidades” quer dizer pensar de um modo diferente e crítico daquelas ditadas pelas situações que são colocadas num determinado momento histórico.

No ponto de vista de Hoyuelos (2004), quatro técnicas contribuem para a concretização dessa origem. A primeira é atestar uma correta organização da escola, o que, para Malaguzzi, significa que a escola tem que ser pequena, aconchegante e encantadora, um recinto que disponha particularidade, maleabilidade e participação. A segunda é enaltecer grupos pequenos que se formam em oportunidades de observação, apuração e interferência do professor que, assim, participa melhor do processo educativo, nos quais as crianças jogam, conversam, trocam, desenvolvem projetos coletivos, constituem laços de amizade. A terceira é garantir o papel do adulto em uma

variedade de planos: sócio político, relacional e cultural, investigativo e relacional didático. A quarta estratégia é dividir ou distribuir de forma personalizada a responsabilidade.

Para o educador italiano, é preciso garantir cenários de trabalho que facilitem aos professores interagirem com cada criança em particular e com a turma: escutar, observar, fazer investigações e a documentação. No meio tal condição está pode juntar com um ambiente bem programado e agradável para compartilharem corretamente e com as crianças, o que, para Malaguzzi, (Hoyuelos, 2004, p. 273), é uma indagação da ética que não se discute as professoras encontraram, nessa conjuntura de partilha e negociação, um espaço democrático, comprometido com o crescimento das práticas, dos espaços, das atividades, da própria formação em serviço da equipe profissional. Nesse pensamento, o trabalho do professor proporciona um compromisso ético fundamental. Seu porte, seu olhar, sua ação intencional possibilitam as boas pistas para a constituição dos novos significados e noções para as crianças pequenas.

A ética no processo educacional deve ser considerada e discutida, pois ela orienta o fazer profissional do educador e condiciona os resultados esperados quando se visa garantir o direito da criança à educação. Deste modo cabe neste artigo compreender a relação da atuação docente e a ética educacional.

A partir da proposta acima mencionada, cabe inicialmente salientar que a família, as instituições religiosas e os mais diversos espaços de socialização são instrumentos de interferência direta no processo de infância, sendo que a infância não pode ser transmitida ou dada através de uma receita pronta, pois seu resultado está condicionado a estrutura onde a criança está inserida.

Para **Pillotto e Silva (2016)**, “portanto, as infâncias são singulares e estão atreladas às experiências que as afetam a partir do meio cultural e das pessoas que as cercam”. Deste modo compreende – se que a infância se constrói na individualidade de cada criança, ou melhor, é construída pela própria, sendo esta a protagonista desta construção.

Para os supracitados autores a infância é uma construção que se dá a partir do que se tem e não pelas ausências. As referências familiares, sócias afetivas e socioeconômicas são, portanto, material primordial lançado as bases dessa peculiar construção, que inicialmente se dá a partir da imaginação, do seu mundo particular, onde a liberdade de vinculação entre o real e o imaginário se unem formando assim o ideal segundo a vontade da criança.

Em consonância com o pensamento de Pillotto e Silva (2016), **Carnevale, et al (2014)** afirma que

A infância é construída de uma diversidade de perspectivas sociais, como filho/a, cidadão, membro na comunidade, estudante e paciente. Esse exame da ética da infância implica em todo conhecimento relacionado à infância em matéria de certo/errado, bom/ruim or justo/injusto (Carnevale et al, 2014. p. 37).

Deste modo as interferências externas dos mais diversos atores e meios, subsidiam o processo de construção das infâncias. Ao trabalhar a temática criança, Carnevale, Bubadué, Fonseca, Cabral e Santo (2014), levanta a criança como sujeito de direitos, apresentando a definição a partir do ECA.

O ECA define crianças como pessoas de até 12 anos incompletos e adolescentes entre os 12 e 18 anos de idade, que têm a proteção à infância como direito social. Garante-se a primazia de receber socorro, atendimento em serviços públicos e destinação de recursos governamentais nas áreas de proteção à infância e à juventude (CARNEVALE et al, 2014. p. 41).

Deste modo, é instituído no Brasil um modo universal de se identificar a criança, independente do contexto social a que está inserida, negando assim que a criança seja um mini adulto e que possa estar sujeita a exposição de atividades semelhantes às destinadas ao adulto. A criança ao ser reconhecida como sujeito de direitos, o Estado juntamente com a família compartilha da

responsabilidade na garantia dos direitos da criança. Vale ressaltar que a partir da Constituição Federal de 1988 a responsabilidade familiar e estatal para com a criança já é instaurada.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, CF. 1988).

A proteção integral assegura não só os direitos fundamentais conferidos a todas as pessoas, como também aqueles que atentam às especificidades da infância e o ECA reafirma que a criança deve ser conduzida ao campo do direito integral, como sujeito vulnerável que necessita de proteção, de modo a assegurar os mais diversos desenvolvimentos que culminaram em vida de liberdade e dignidade.

Para Carnevale, et al (2014, p. 37),

A criança é considerada uma entidade moral que pode ser construída como um objeto moral a quem são atribuídos interesses e obrigações por outros e/ou um sujeito moral, com uma vida moral subjetiva, capacidades de agência moral e, possíveis ou reais responsabilidades em relação aos outros.

Esse status moral das crianças se constrói a partir de processos sociais, aparatos legais e pesquisas científicas. As legislações e o trabalho científico contribuíram para alteração da concepção de criança e infância e como esse sujeito deve ser tratado. Sendo a criança um ser em construção imbuído de autonomia e protagonista da construção de sua infância, mesmo que esta seja influenciada pelo meio em que se vê inserida.

Pillotto e Silva (2016) levantam a ética do processo reflexivo, não normativo, mantendo sua dimensão social e histórica a partir de afetos. “a capacidade de experimentar o mundo e de atuar sobre ele”. A imposição de regras, de obrigatoriedades que minam a capacidade de interferência da

criança e cerceia sua liberdade de construção, resultam na prisão onde as grades são a imposição do certo e do errado, imposições que geram bloqueio e deficiência na capacidade construtiva da criança, que culturalmente se vê inserida em uma sociedade impositiva de regras e sanções.

Entende-se a ética como ciência crítica de valores, em que o ser ético problematiza os valores da vida; vida está compartilhada com a finalidade ao bem comum. Uma educação com fins éticos, portanto, constrói conhecimento e está atenta e preocupada com a humanização, extinguindo o individualismo. É uma educação que legitima a solidariedade e o viver junto (SILVA e PILLOTTO, 2016).

Não se pretende nesta análise desvalidar a importância dos valores das sociedades, nem tampouco o protagonismo estatal como regulador, porém cabe a análise da ética partindo do pressuposto de que ela se instaura em um campo de incertezas. No entanto, a discussão dos autores considera que esse tipo de educação desperta capacidades; capacidade criativa através dos afetos apreendidos, sendo esta uma ação que oportuniza o surgimento de um ser que atua além de si e para si, mas para a coletividade.

Deste modo pode-se compreender que a educação ética se direciona para fins coletivos e democráticos dando aos sujeitos oportunidades de desenvolvimento independente dos critérios socioculturais a que estão inseridos. No processo educacional Pillotto e Silva (2016), pontuam sobre a relação entre professor e as crianças, relação que deve partir da premissa onde o professor compreende e se envolve no universo criativo da criança, libertando-a das normas e impulsionando seu processo criativo.

Na análise da obra de Pillotto e Silva (2016) é possível salientar sobre as contradições que se impõem a educação infantil, sendo que as políticas educacionais brasileiras através de suas normativas legais, que orientam a ação profissional no processo educacional, embora bem desenhadas, ainda não são capazes de garantir que a criança experimente uma prática sensível, levantando assim o impasse da teoria versus prática. Sendo que a teoria esbarra na diversidade de condições na execução das atividades educacionais, como o preparo dos profissionais, material, ambiente equipado e propício às



atividades que possam ser alinhadas ao senso de afetos das crianças. Porém o educador deve compreender “a afetividade como uma energia que move a ação”, Pillotto e Silva (2016, p. 468), se tornando um provocador de afetos respeitando as manifestações de sentimentos da criança capturando a realidade e a ficção infantil, compreendendo que a criança é um sujeito em construção, suscetível às mais diversas alterações. Enfim, na análise de Pillotto e Silva (2016) o professor é um ser imbuído de técnica e sensibilidade que deve incorporar em sua prática educativa relações de afeto, articulando-o à ética, estética e a política. Sendo a ética como “dar valor a situações decorrentes de modos de pensar, sentir e agir” (2016, p. 471), oportunizando o processo autoral da criança sem imposições.

Cruz e Cruz (2017, p. 74) pensam a ética no processo educacional como “educar significa incrementar o número de oportunidades possíveis”. Não somente através de um vasto leque de opções, mas oportunizando meios de pensamento crítico em contraposto ao culturalmente determinado. Para os autores é necessário que para atuação eficaz, o educador seja aliado a um ambiente adequado que oportunize a comunicação efetiva.

Gomes (2015) pontua que falar de afetividade é falar de “afecção, de sensível, de relações de cuidado com o Outro em sua condição de legítimo Outro. Estamos falando da necessidade de estarmos atentos às pistas que nos direcionam a uma vivência mais intensa da aprendizagem” (p. 123). O autor pontua que o processo do aprendizado precisa se utilizar dos sentidos, por se tratar de um processo corporal.

O ambiente educacional e porque não dizer escolar, deve ser um ambiente de aconchego, encanto e inclusão social, onde haja construção de laços entre alunos e educadores, fortalecendo assim a capacidade de socialização a partir da interação entre professor e a criança. Oportunizando um lugar social para todas as crianças, não somente um ambiente abarrotado de material pedagógico.

A busca por uma linguagem compreensível entre as partes (educadores e crianças), ou seja, a busca pelas capacidades de comunicação é desafio posto ao processo educacional.

Para analisar a dimensão ética educacional é necessária a compreensão de que o processo educacional faz parte da infância da criança, e como parte desse processo tem influências extremamente significativas na construção do sujeito. Para tanto a ação e atuação docente deve estar munida de capacitação técnica, afetiva e sensível compreendendo a criança como ser em construção, criativo e protagonista de sua própria história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, percebe-se a importância e o valor das ações humanas no dia a dia. Seria muita contradição exercer alguma atividade da docência sem levar em consideração os princípios éticos e morais, seria descumprir normas.

Tendo em vista os aspectos observados, chegamos à conclusão que analisando a proporção da ética educacional, necessitamos compreender que o processo educacional faz parte da infância da criança e da construção do sujeito. Contudo o docente deve estar capacitado a ponto de compreender que a criança está em constante aprendizado, desenvolvendo a autonomia, autoconhecimento, autoestima, respeito ao próximo, habilidades de convivência, solucionar problemas, enfim ela é protagonista de sua própria história, desenvolve senso de cidadania tornando-se um adulto com mais habilidades emocionais.

É indispensável a reflexão de novas ações adotadas para tornar os indivíduos mais sensíveis, mais empáticos, responsáveis e conscientes das ações que exercem em qualquer momento da vida. O ego e a ambição acabam quebrando valores e passando por cima das regras, deixando de lado o verdadeiro sentido da ética e moral perante a sociedade.

Os professores que estão comprometidos com a ética conseguem influenciar eticamente seus alunos, contribuindo na transformação da sociedade. Sabemos que isso é visto em longo prazo, mas com certeza é desde bem pequenos que influenciam a mudança de pensamento, atitudes,

ações ou a condução para o pensamento correto e ético levando a crescerem e executarem o que tem aprendido. Desse jeito a escola que trabalha sobre esse tema é compromissada com sua profissão, assim cumprindo o que juraram e influenciando positivamente os educandos e sempre ou quase sempre sabem como agir em situações que venha aparecer ao longo da vida no seu cotidiano escolar, capacitando cidadãos para que saibam assumir a postura correta diante da vida e que escolham sempre a melhor atitude diante do problema. Então juntos trabalhando com o mesmo objetivo conseguirão mudar a sociedade.

Esse tema ainda não é completo, pois as escolas precisam adotar mais a ética para suas vivências, mas com o que se tem hoje já é possível mudar e prevenir muitas coisas para que tenha bons resultados e cidadãos éticos e morais.

Este trabalho alcançou seu objetivo pois propôs uma reflexão dos conceitos de éticas nas revisões já publicadas e selecionadas para compor essa discussão. Podemos afirmar que esse tema nos enriqueceu como pesquisadores e que reavivou a importância de termos uma ação pedagógica pautada na autonomia em sala de aula e que garanta que a ética faça parte desse exercício diário.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. C. S. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Por-Amor-por-For%C3%A7a-Educa%C3%A7%C3%A3o/dp/8536307153> Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm) Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf> Acesso em: 20 de agosto de 2022.

CARNEVALE, Franco A. et al. Análise normativa dos padrões éticos para crianças no Brasil. **Revista da SORBI**, v. 2, n. 1, p. 35-55, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.18308/2318-9983.2014v2n1.21>. Acesso em: 5 jun. 2022.

COELHO, L.; PISONI, S.. Vygotsky: sua teoria e a influência na educação. In: **Revista e - Ped – FACOS / CNEC Osório**. Vol. 2 – Nº1 – AGO/2012. p. 144-152. Disponível em: [http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/e-ped/agosto\\_2012/pdf/vygotsky\\_-\\_sua\\_teorica\\_e\\_a\\_influencia\\_na\\_educacao.pdf](http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/e-ped/agosto_2012/pdf/vygotsky_-_sua_teorica_e_a_influencia_na_educacao.pdf). Acesso em: 18 nov. 2022.

CORTELLA, Mario Sérgio. **Educação, convivência e ética: audácia e esperança**. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2018. 120 p. Disponível em: <file:///E:/SERVIDOR/Downloads/5908-40026-1-PB.pdf> Acesso em: 19 jan. 2022.

CRUZ, Silvia Helena; CRUZ, Rosimeire. O ambiente na educação infantil e a construção da identidade da criança. In: **Em Aberto**. Vol. 30, n. 100, 18 jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-73.emaberto.30i100.3308>. Acesso em: 7 jun. 2022.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: **Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3032/2767> Acesso em: 19 jan. 2022.

EVANGELISTA, A. S. **Concepções e expectativas de crianças e de profissionais sobre o espaço educacional na educação infantil**. 2016. 265 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/as-concepcoes-cuidar-educar-na-infancia-presentes-na-pratica-pedagogica-sidrolandia.htm> Acesso em: 15 jul. 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=oB5x2SChpSEC&oi=fnd&pg=PA6&dq=apostila+FONSECA,+J.+J.+S.+Metodologia+da+pesquisa+cient%C3%ADfica.+Fortaleza:+UEC,+2002.&ots=ORUU4rbog2&sig=5oKenFTSsoOQrzE\\_-r4zJJDRcm8#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=oB5x2SChpSEC&oi=fnd&pg=PA6&dq=apostila+FONSECA,+J.+J.+S.+Metodologia+da+pesquisa+cient%C3%ADfica.+Fortaleza:+UEC,+2002.&ots=ORUU4rbog2&sig=5oKenFTSsoOQrzE_-r4zJJDRcm8#v=onepage&q&f=false) Acesso em: 20 jan. 2022.

FORNEIRO, L. I. **A organização dos espaços na educação infantil**. In: ZABALZA, M. A. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p. 229-279. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/297/1/01d13t08.pdf> Acesso em: 5 jul. 2022.

GOMES, Marco Antônio Oliva. Diversidade e diferença no aprender ensinar: ou sobre fragmentos de infância, bons encontros e cuidado de si. In: **Práxis Educacional**. Vol. 11, n. 18, p. 117-129, jan. 2015. Disponível em: <file:///E:/SERVIDOR/Downloads/803-Texto%20do%20artigo-1334-1-10-20170830.pdf> Acesso em: 7 jun. 2022.

HOYUELOS, A. **La ética en el pensamiento y obra pedagógica de Loris Malaguzzi**. Barcelona: Octaedro; Rosa Sensat, 2004. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/%C3%A9tica-pensamiento-pedag%C3%B3gica-Loris-Malaguzzi/dp/8480636335> Acesso em: 11 jul. 2022.

KUHLMANN Junior, Moysés. História da Educação Infantil Brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 5-18, maio/ago. 2000. Disponível em: [scielo.br/j/rbedu/a/CNXbjFdfdk9DNwWT5JCHV/sJ/?format=pdf&lang=pt](https://scielo.br/j/rbedu/a/CNXbjFdfdk9DNwWT5JCHV/sJ/?format=pdf&lang=pt) Acesso em: 20 jan. 2022.

LOURENCETTI, G. do C. **O Trabalho docente dos professores secundários na atualidade: interseções, particularidades e perspectivas**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2008. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BASR/article/view/1211/1072>. Acesso em: 10 jul. 2022.

MALAGUZZI, L. **La educación infantil en Reggio Emilia**. Barcelona: Octaedro; Rosa Sensat, 2001. Disponível em: <https://octaedro.com/libro/la-educacion-infantil-en-reggio-emilia/> Acesso em: 11 jul. 2022.

MELO, S.D.G. Trabalho e conflituosidade docente: alguns aportes. In: **SEMINÁRIO DA REDE LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE TRABALHO DOCENTE-REDE ESTRADO**, 7. Buenos Aires: Rede Estrado, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceiro-simposio/savanadinizmelo.pdf> Acesso em: 1 jul. 2022.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. Educação das crianças até aos três anos: algumas lições da investigação. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; AZEVEDO, A. **Pedagogia em creche: qualidade, documentação, diversidade**. Porto: Porto Editora, 2011. Disponível em: <https://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/estudos-e-relatorios/outros/786-educacao-das-criancas-dos-0-aos-3-anos> Acesso em: 10 jul. 2022.

PILLOTTO, Sílvia Sell Duarte; SILVA, Carla Clauber da. Ética, estética e política na educação pela infância. *Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação*, v. 10, n. 3, p. 461, 16 nov. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.7867/1981-9943.2016v10n3p461-475>. Acesso em: 5 jun. 2022.

RODRIGUES, Joseane Da Silva Miller; BOER, Noemi. Diferentes olhares sobre a formação de professores para Educação Infantil. **Brazilian Applied Science Review**, v. 3, n. 2, p. 1169-1192, 2019. Disponível em: [file:///E:/SERVIDOR/Downloads/1211-3248-1-PB%20\(1\).pdf](file:///E:/SERVIDOR/Downloads/1211-3248-1-PB%20(1).pdf) Acesso em: 7 jun. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica, quadragésimo ano: novas aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2019. Disponível em: [file:///E:/SERVIDOR/Downloads/13167-Texto%20do%20artigo-43222-1-10-20210805%20\(1\).pdf](file:///E:/SERVIDOR/Downloads/13167-Texto%20do%20artigo-43222-1-10-20210805%20(1).pdf) Acesso em: 19 janeiro de 2022.

SOUZA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. Cadernos da Fucamp. Uberlândia, v.20, n.43, p. 64-83, 2021. Disponível: [file:///E:/SERVIDOR/Downloads/2336-8432-1-PB%20\(1\)%20\(4\).pdf](file:///E:/SERVIDOR/Downloads/2336-8432-1-PB%20(1)%20(4).pdf) Acesso em: 07 fev. 2022.

TAILLE, Yves de La; SOUZA, Lucimara Silva de; VIZIOLI, Letícia. **Ética e educação**: uma revisão da literatura educacional de 1990 a 2003. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 91-108, jan./abr. 2004. Disponível em: [file:///E:/SERVIDOR/Downloads/etica%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o%20\(1\).pdf](file:///E:/SERVIDOR/Downloads/etica%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o%20(1).pdf) Acesso em: 15 set. 2022.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 3.ed. Petrópolis: **Vozes**, 2003. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2724102/mod\\_resource/content/1/Saberes%20docentes%20e%20forma%C3%A7%C3%A3o%20profissional.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2724102/mod_resource/content/1/Saberes%20docentes%20e%20forma%C3%A7%C3%A3o%20profissional.pdf) Acesso em: 1 jul. 2022.